



Handwritten signatures in blue ink, including a signature that appears to be 'P. Jean' and another that looks like 'M.'.

Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2022

AUDIOGEST - Associação para a Gestão e Distribuição de Direitos

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO:			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	5	24 625,07	23 329,34
Ativos intangíveis	6	318 026,72	413 646,84
Outros investimentos financeiros	7	16 002,79	14 861,11
		358 654,58	451 837,29
Ativo corrente:			
Clientes	8	2 332 518,93	2 062 199,94
Estado e outros entes públicos	15	10 726,96	31 302,43
Outros créditos a receber	9	2 091 623,37	1 773 432,68
Diferimentos	10	78 668,09	92 001,96
Caixa e depósitos bancários	11	12 532 169,18	9 363 378,78
		17 045 706,53	13 322 315,79
Total do Ativo		17 404 361,11	13 774 153,08
CAPITAL PRÓPRIO:			
Resultados transitados	12	13 327,10	7 573,29
Outras variações no capital próprio	12	108 434,09	167 729,72
Resultado líquido do período	12	9 204,26	5 753,81
Total do Capital Próprio		130 965,45	181 056,82
PASSIVO:			
Passivo não corrente:			
Passivos por impostos diferidos	13	28 824,25	51 883,66
		28 824,25	51 883,66
Passivo corrente:			
Fornecedores	14	109 011,34	98 835,10
Estado e outros entes públicos	15	920 412,27	674 163,22
Outras dívidas a pagar	16	16 215 147,80	12 768 214,28
		17 244 571,41	13 541 212,60
Total do Passivo		17 273 395,66	13 593 096,26
Total do Capital Próprio e do Passivo		17 404 361,11	13 774 153,08

A Direção

A Contabilista Certificada

[Handwritten signatures]

[Handwritten signature]

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

AUDIOGEST - Associação para a Gestão e Distribuição de Direitos

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2022	2021
Vendas e serviços prestados	17	1 762 853,21	1 209 555,14
Trabalhos para a própria entidade	18	-	16 975,26
Fornecimentos e serviços externos	23	(1 080 150,74)	(792 566,06)
Gastos com o pessoal	24	(1 102 031,37)	(915 909,08)
Outros rendimentos	19	878 040,14	618 194,43
Outros gastos	20	(265 731,79)	(65 773,02)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		192 979,45	70 476,67
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(182 927,26)	(64 893,80)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		10 052,19	5 582,87
Juros e rendimentos similares obtidos	22	142,04	170,94
Resultado antes de impostos		10 194,23	5 753,81
Imposto sobre o rendimento do período	19	(989,97)	-
Resultado líquido do período		9 204,26	5 753,81

A Direção



Handwritten signatures of the board of directors, including the text "A Direção" and "Luís Afonso" written in blue ink.

A Contabilista Certificada



Handwritten signature of the certified accountant in blue ink.

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

AUDIOGEST - Associação para a Gestão e Distribuição de Direitos

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas		Resultados transitados	Outras variações no capital Próprio	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO EM 01-01-2021	1	807,61	195 181,40	6 765,88	202 754,89
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2	6 765,68	(27 451,68)	(6 765,68)	(27 451,68)
		<u>6 765,68</u>	<u>(27 451,68)</u>	<u>(6 765,68)</u>	<u>(27 451,68)</u>
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3			5 753,81	5 753,81
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3			<u>(1 011,87)</u>	<u>(21 897,87)</u>
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO					
Outras operações	5	-	-	-	-
POSIÇÃO NO RM DE 31-12-2021	6=1+2+3+5	<u>7 573,29</u>	<u>167 729,72</u>	<u>5 753,81</u>	<u>181 056,82</u>
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	7	5 753,81	(59 295,63)	(5 753,81)	(59 295,63)
		<u>5 753,81</u>	<u>(59 295,63)</u>	<u>(5 753,81)</u>	<u>(59 295,63)</u>
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8			9 204,26	9 204,26
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8			<u>3 450,45</u>	<u>(50 091,37)</u>
	10				
POSIÇÃO NO RM DE 31-12-2022	1=6+7+8+10	<u>13 327,10</u>	<u>108 434,09</u>	<u>9 204,26</u>	<u>130 965,45</u>

Carlos Aguiar
Carlos Aguiar

[Signature]

AUDIOGEST - Associação para a Gestão e Distribuição de Direitos

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes		18 442 096,32	11 404 481,84
<i>Direitos cobrados</i>		15 736 978,99	10 053 569,49
<i>Comissões de gestão cobradas</i>		2 705 117,33	1 350 912,35
Pagamentos a fornecedores	-	12 779 162,35	9 448 481,90
<i>Direitos distribuídos</i>	-	10 942 780,92	7 846 448,27
<i>Gastos da atividade</i>	-	1 836 381,43	1 602 033,63
Pagamentos ao pessoal	-	808 940,57	648 727,75
		4 853 993,40	1 307 272,19
Caixa gerada pelas operações			
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		10 949,67	5 746,68
Outros recebimentos/pagamentos	-	1 650 016,76	201 304,20
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		3 214 926,31	1 111 714,67
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	-	14 714,33	18 612,22
<i>Ativos intangíveis</i>	-	31 421,58	238 196,67
Recebimentos respeitantes a:			
<i>Juros</i>			170,94
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-	256 637,96
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		3 168 790,40	855 076,71
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		9 363 378,78	8 508 302,07
Caixa e seus equivalentes no fim do período		12 532 169,18	9 363 378,78

A Direção



Handwritten signatures of the Board of Directors, including the name "Luís Espírito Santo" and other illegible names.

A Contabilista Certificada



Handwritten signature of the Certified Accountant.

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the word "Clara" and a stylized signature.

**Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2022**

NOTA INTRODUTÓRIA

NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A AUDIOGEST - Associação para a Gestão e Distribuição de Direitos, doravante designada por AUDIOGEST ou Associação, é uma Associação sem fins lucrativos e de utilidade pública, constituída nos termos da Lei nº 83/2001, de 5 agosto (Lei da constituição, organização e funcionamento das entidades de gestão coletiva de direito de autor e de direitos conexos).

A Associação tem a sua sede e Direção efetiva na Avenida Barbosa du Bocage. Nº 113 – 2º Esq., 1050-031 Lisboa.

A principal atividade da Associação é a concessão de autorização para a utilização de fonogramas e videogramas, em representação dos seus membros associados – produtores fonográficos nacionais, ou com estabelecimento permanente, em território Português - e de organizações congéneres com quem tem celebrado acordos de representação (em regra recíprocos).

Uma vez cobradas as remunerações que constituem a contrapartida da mencionada autorização, a Associação distribui os valores cobrados aos utilizadores, pelos seus associados e beneficiários, cobrando a estes a título de prestação de serviços, o valor correspondente à comissão de gestão, que é determinado em Assembleia Geral, em função dos gastos orçamentais e das previsões de cobrança de direitos.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Direção na reunião de 19 de janeiro de 2024. É opinião da Direção que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da AUDIOGEST, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

NOTA 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Associação e de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009 de 13 de julho com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009 de 11 de setembro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de agosto e 98/2015 de 12 de junho.

2.2 - Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da Associação.

2.3 - O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

NOTA 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Associação na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 – BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF), de acordo com o princípio do custo histórico:

3.1.1. - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

No âmbito do pressuposto da continuidade, a Associação avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a sua capacidade para prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2. – GASTOS E RENDIMENTOS

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento. Os rendimentos e os gastos são reconhecidos contabilisticamente em função do período em que ocorrem as transações que lhe estão subjacentes, independentemente do momento em que se efetuam as cobranças e os pagamentos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Diferimentos” e “Outras dívidas a pagar/ créditos a receber”. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

3.1.3. - COMPENSAÇÃO

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido por uma NCRF.

3.2 – POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

3.2.1.– ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias

para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Associação espera vir a incorrer.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospetivamente na Demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho ou a perda resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação, ou a receber, e a quantia escriturada do ativo, e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em duodécimos durante as vidas úteis estimadas:

Edifícios e outras construções	-	4 a 10 anos
Equipamento administrativo	-	3 a 8 anos

3.2.2. – ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo os dispêndios com atividades de pesquisa reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido prospetivamente na Demonstração dos resultados.

Relativamente aos intangíveis com vida útil finita, as respetivas amortizações foram calculadas de acordo com a seguinte vida útil estimada:

Projetos de desenvolvimento	-	3 anos
-----------------------------	---	--------

3.2.3. – IMPARIDADE DE ATIVOS

Anualmente é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da AUDIOGEST com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na Demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na Demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.2.4. – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do período corresponde à soma do imposto corrente e diferido. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados nas respetivas rubricas do capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros períodos, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, sendo os ativos por impostos diferidos reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros tributáveis futuros suficientes para compensar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estejam em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente aprovadas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Associação tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal e (iii) a Associação tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

3.2.5. – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no Balanço quando a Associação se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo, custo amortizado ou ao justo valor.

- a) Custo amortizado: estão os ativos e passivos financeiros que apresentem as seguintes características:
- i) Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
 - ii) Tenham associado um retorno fixo ou determinado;
 - iii) Não sejam ou incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Clientes e outros créditos a receber (deduzido de perdas por imparidade);
- Outros ativos financeiros (deduzidos de eventuais imparidades);
- Caixa e depósitos bancários (vencíveis a menos de 3 meses).

Estão incluídos nesta categoria os seguintes passivos financeiros:

- Fornecedores e outras dívidas a pagar;
- Outros passivos financeiros

b) Justo valor: a Associação não possui ativos e passivos valorizados ao justo valor.

3.2.6. – RECONHECIMENTO DO RÉDITO

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelo serviço prestado decorrente da atividade normal da Associação. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Associação reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização do serviço prestado, ou seja, quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário socorre-se do método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos do serviço prestado.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

3.2.7. – PROVISÕES

São reconhecidas provisões apenas quando a Associação tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, e seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões, existindo um contrato oneroso quando a Associação é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tenha associados custos que não sejam possíveis de evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos



contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados apenas quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.2.8. – LOCAÇÃO FINANCEIRA E OPERACIONAL

A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato. Assim, as locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e vantagens associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.2.9. – TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As demonstrações financeiras da Associação são apresentadas em euros, sendo o euro a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Entidade) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao justo valor denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos ou recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na Demonstração dos resultados em função da sua natureza (operacional, investimento e financiamento) no período em que são geradas.

3.3. – ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES E PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

3.4. – PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício são as que se seguem:

3.4.1. Provisões

A Associação analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.4.2. Ativos fixos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na Demonstração dos resultados de cada exercício. Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Direção para os ativos e negócios em questão.

3.4.3. Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos,

muitos dos quais fora da esfera de influência da Associação, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Direção no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

NOTA 4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

4.1 – ALTERAÇÃO EM POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração de políticas contabilísticas.

4.2 – ALTERAÇÕES EM ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS

Não se verificaram quaisquer alterações em estimativas contabilísticas.

4.3 – ERROS MATERIALMENTE RELEVANTES DE PERÍODOS ANTERIORES

Não se verificaram erros materialmente relevantes em períodos anteriores.

NOTA 5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

Handwritten signatures and initials in blue ink.

	<u>Edifícios e outras construções</u>	<u>Equipamento administrativo</u>	<u>Total</u>
1 de janeiro de 2021			
Custo de aquisição	89 619,57	141 418,35	231 037,92
Depreciações acumuladas	<u>(86 175,48)</u>	<u>(122 618,23)</u>	<u>(208 793,71)</u>
Valor líquido	<u>3 444,09</u>	<u>18 800,12</u>	<u>22 244,21</u>
Adições	-	15 131,85	15 131,85
Depreciação - exercício	(3 444,09)	(10 602,64)	(14 046,73)
Valor líquido	<u>(3 444,09)</u>	<u>4 529,21</u>	<u>1 085,12</u>
31 de dezembro de 2021			
Custo de aquisição	89 619,57	156 550,20	246 169,77
Depreciações acumuladas	<u>(89 619,57)</u>	<u>(133 220,86)</u>	<u>(222 840,43)</u>
Valor líquido	<u>-</u>	<u>23 329,34</u>	<u>23 329,34</u>
	<u>Edifícios e outras construções</u>	<u>Equipamento administrativo</u>	<u>Total</u>
1 de janeiro de 2022			
Custo de aquisição	89 619,57	156 550,20	246 169,77
Depreciações acumuladas	<u>(89 619,57)</u>	<u>(133 220,86)</u>	<u>(222 840,43)</u>
Valor líquido	<u>-</u>	<u>23 329,34</u>	<u>23 329,34</u>
Adições	-	11 962,87	11 962,87
Depreciação - exercício	-	(10 667,20)	(10 667,20)
Valor líquido	<u>-</u>	<u>1 295,67</u>	<u>1 295,67</u>
31 de dezembro de 2022			
Custo de aquisição	89 619,57	168 513,07	258 132,64
Depreciações acumuladas	<u>(89 619,57)</u>	<u>(143 888,05)</u>	<u>(233 507,62)</u>
Valor líquido	<u>-</u>	<u>24 625,02</u>	<u>24 625,02</u>

Todos os ativos registrados encontram-se totalmente livres de encargos e pagos na sua totalidade.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas pela totalidade na rubrica "Gastos/reversões de depreciação e amortização" da Demonstração dos resultados.

As adições em equipamento administrativo referem-se, essencialmente, a computadores.

NOTA 6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

	<u>Programas de computador</u>	<u>Projetos de desenvolvimento</u>	<u>Ativos intangíveis em curso</u>	<u>Total</u>
1 de janeiro de 2021				
Custo de aquisição	15 471,99	7 932,03	251 218,72	274 622,74
Amortizações acumuladas	(15 471,99)	(5 287,92)	-	(20 759,91)
Valor líquido	-	2 644,11	251 218,72	253 862,83
Adições	-	-	210 631,09	210 631,09
Transferências	-	433 828,03	(433 828,03)	-
Amortização - exercício	-	(50 847,08)	-	(50 847,08)
Valor líquido	-	385 625,06	(223 196,94)	159 784,01
31 de dezembro de 2021				
Custo de aquisição	15 471,99	441 760,06	28 021,78	485 253,83
Amortizações acumuladas	(15 471,99)	(56 135,00)	-	(71 606,99)
Valor líquido	-	385 625,06	28 021,78	413 646,84
	<u>Programas de computador</u>	<u>Projetos de desenvolvimento</u>	<u>Ativos intangíveis em curso</u>	<u>Total</u>
1 de janeiro de 2022				
Custo de aquisição	15 471,99	441 760,06	28 021,78	485 253,83
Amortizações acumuladas	(15 471,99)	(56 135,00)	-	(71 606,99)
Valor líquido	-	385 625,06	28 021,78	413 646,84
Adições	-	104 661,78	25 546,00	130 207,78
Transferências	-	-	(53 567,78)	(53 567,78)
Amortização - exercício	-	(172 260,02)	-	(172 260,02)
Valor líquido	-	318 026,82	(28 021,78)	(95 620,02)
31 de dezembro de 2022				
Custo de aquisição	15 471,99	546 421,84	-	561 893,83
Amortizações acumuladas	(15 471,99)	(228 395,02)	-	(243 867,01)
Valor líquido	-	318 026,82	-	318 026,82

A adição em projetos de desenvolvimento em curso refere-se a desenvolvimento de uma plataforma digital (Plataforma LT XXI) para simplificação do processo de licenciamento para a utilização de música gravada e vídeos musicais, através da criação de um balcão virtual de licenciamento. A entrada em funcionamento da referida plataforma ocorreu em setembro de 2022.

NOTA 7. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido nesta rubrica, respeita ao fundo de compensação de trabalho:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fundo de Compensação do Trabalho	<u>16 002,79</u>	<u>14 861,11</u>

NOTA 8. CLIENTES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a decomposição da rubrica de "Clientes" apresenta o seguinte detalhe:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
1) Clientes		
(i) Associadas/Parceiros	9 458,23	3 937,33
(ii) Outros clientes	2 323 060,70	2 058 262,61
Clientes de cobrança duvidosa	<u>7 171,59</u>	<u>7 171,59</u>
	<u>2 339 690,52</u>	<u>2 069 371,53</u>
2) Imparidades de clientes	<u>(7 171,59)</u>	<u>(7 171,59)</u>
	<u>2 332 518,93</u>	<u>2 062 199,94</u>

- 1) Esta rubrica refere-se aos saldos a receber pela AUDIOGEST relativos a direitos e comissões de gestão.
 - (i) Refere-se ao montante a receber relativo a comissões de gestão imputadas a Associadas da AUDIOGEST.
 - (ii) Refere-se aos montantes faturados aos utilizadores de música (na sequência de pedidos de licenciamento e renovações), que se encontram por liquidar a 31 de dezembro de cada um dos anos.

- 2) Traduz o valor de comissões de gestão faturadas e ainda não recebidas e cuja expectativa de cobrança é reduzida.

NOTA 9. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a decomposição desta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
(I) Adiant. e outras operações com o pessoal	2 112,98	1 731,48
(II) Adiantamentos a fornecedores	23 207,86	11 695,83
(III) Devedores por acréscimos de rendimentos		
Faturação a emitir	708 440,11	470 340,11
Juros a receber	136,92	57,00
(IV) Outros devedores	<u>1 357 725,50</u>	<u>1 289 608,26</u>
	<u>2 091 623,37</u>	<u>1 773 432,68</u>

- I) O saldo da rubrica de “Adiantamentos e outras operações com o pessoal” refere-se sobretudo aos adiantamentos efetuados aos delegados de licenciamento para fazer face a despesas a incorrer no licenciamento de utilizadores (despesas de deslocação, verificação, entre outras).
- II) O saldo da rubrica de adiantamentos a fornecedores apresenta sobretudo valores de adiantamentos efetuados a advogados para fazer face a despesas com o contencioso da Passmúsica, assim como adiantamentos efetuados à Associação Fonográfica Portuguesa (AFP), por conta de comparticipação de gastos ainda não faturados por esta entidade.
- III) A rubrica de “Devedores por acréscimos de rendimentos” contém:
- a) Juros a receber relativos a depósitos a prazo.
 - b) Comissões de gestão calculadas em relação aos períodos de 2022 e 2021.
- IV) A rubrica de “Outros devedores” contempla sobretudo o valor de direitos contratualizados relativos a adiantamentos efetuados a solicitadores e agentes de execução para fazer face a despesas com o contencioso da Passmúsica e também a adiantamentos efetuados a associadas no âmbito de distribuições futuras. O aumento do saldo é justificado pelo adiantamento realizado no âmbito dos prémios Play.

NOTA 10. DIFERIMENTOS – ATIVO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de “Diferimentos ativos” decompõe-se da seguinte forma:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Diferimento de gastos		
Rendas	43 507,83	44 755,05
Outros gastos diferidos	35 160,26	47 246,91
	<u>78 668,09</u>	<u>92 001,96</u>

NOTA 11. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Para efeitos da Demonstração de fluxos de caixa, a rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses).

A Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2022 e 2021, detalha-se conforme segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Depósitos bancários	12 531 790,01	9 359 504,77
Caixa	379,17	3 874,01
Caixa e depósitos bancários	<u>12 532 169,18</u>	<u>9 363 378,78</u>

NOTA 12. CAPITAL PRÓPRIO

A Associação foi constituída sem Capital social.

A Associação candidatou-se a um apoio do Fundo Social Europeu (Programa operacional de capacitação administrativa) com o projeto da Plataforma LT XXI (Desenvolvimento de uma plataforma digital para simplificação do processo de licenciamento. A candidatura foi aceite e concedido o apoio financeiro de 247.065,06€ que foi reconhecido em Capital Próprio pelo valor 195.181,40€, líquido de imposto diferido no valor de 51.883,66€. O subsídio irá sendo transferido para resultados durante o período de amortização do ativo (3 anos), sendo que em 2022 foi transferido para resultados o montante de 82.355,04€.

NOTA 13. IMPOSTOS DIFERIDOS

A Associação candidatou-se a um apoio do Fundo Social Europeu com o projeto da Plataforma LT XXI e foi concedido o apoio financeiro de 247.065,06€ em 2019.

Este subsídio foi reconhecido em capital próprio, sendo transferido para resultados durante o período de amortização do ativo (3 anos). Como será tributado no futuro, foi reconhecido um imposto diferido passivo associado no montante de 51.883,66.

NOTA 14. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica “Fornecedores” detalha-se da seguinte forma:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
(i) Fornecedores	109 011,34	98 835,10
	<u>109 011,34</u>	<u>98 835,10</u>

i) Compreende as obrigações junto a fornecedores de serviços, diretamente ligados à atividade operacional da Associação, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades, tais como de energia elétrica, água, telecomunicações e etc.

NOTA 15. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a decomposição da rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresenta o seguinte detalhe:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldos Devedores		
IRC	1 352,04	1 352,04
Retenção imposto s/ rend.	7 369,70	29 950,39
Restantes Impostos	<u>2 005,22</u>	
	<u>10 726,96</u>	<u>31 302,43</u>
Saldos Credores		
Retenção imposto s/ rend.	12 343,02	13 819,30
IRC Estimado	-	127,50
Retenção de capitais	710 571,40	497 350,81
Restantes Impostos	178 570,84	147 669,51
Contribuição p/ Seg. Social	17 603,36	14 906,10
Outras Tributações FC/FGCT	<u>333,68</u>	<u>290,00</u>
	<u>919 422,30</u>	<u>674 163,22</u>

O saldo da conta de “Estado e outros entes públicos” é sobretudo justificado pelas retenções na fonte pagas (IRC Capitais), no âmbito das distribuições de direitos, a cada um dos associados da AUDIOGEST. A retenção na fonte é paga quando os direitos são colocados à disposição, independentemente da data de faturação dos mesmos (art.94º CIRC).

NOTA 16. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de “Outras dívidas a pagar” tinha a seguinte decomposição:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a pagar ao pessoal	255 742,52	232 207,45
Outros acréscimos de gastos	234 720,21	251 535,45
Outros Credores	<u>15 724 685,07</u>	<u>12 284 471,38</u>
	<u>16 215 147,80</u>	<u>12 768 214,28</u>

A rubrica de "Outros credores" apresenta o seguinte detalhe:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
(i) Direitos faturados a utilizadores PassMúsica	2 441 578,99	2 309 406,00
(ii) Direitos colocados à disposição de associadas	4 430 582,97	3 301 360,30
(iii) Direitos a pagar a associadas (já faturados)	266 077,26	74 135,11
(iv) Direitos cobrados disponíveis para distribuição	1 870 966,07	2 108 400,13
(v) Fundo cultural	2 730 815,13	2 050 588,53
(vi) Reservas para reclamações de terceiros	495 141,98	440 254,52
(vii) Reserva extraordinária	216 826,12	216 826,12
(viii) Direitos a distribuir à GDA	186 913,84	-
(ix) Direitos de identidades não identificadas	2 471 188,19	1 767 073,46
Outros credores	614 594,52	16 427,21
TOTAL	<u>15 724 685,07</u>	<u>12 284 471,38</u>

- (i) Este montante corresponde à contrapartida da conta de clientes aquando da emissão de faturação a utilizadores de música pelo licenciamento PassMúsica. De referir que não corresponde a uma responsabilidade para o futuro, uma vez que, embora a faturação seja emitida de forma continuada, sempre que os utilizadores não informam a interrupção da utilização de música, os direitos apenas serão considerados disponíveis para distribuição aos associados da AUDIOGEST e ao parceiro GDA após o efetivo recebimento. A classificação deste montante numa conta de passivo e não numa conta de resultados deve-se ao facto da AUDIOGEST agir em nome e por conta dos seus associados, não podendo por este facto considerar estes direitos como réditos (rendimentos) obtidos.
- (ii) Esta rubrica contém o valor dos direitos colocados à disposição dos associados e ainda não faturados.
- (iii) Traduz o montante de direitos faturados pelos associados e ainda não liquidados pela AUDIOGEST.
- (iv) Refere-se ao saldo de direitos cobrados e ainda não colocados à disposição dos associados.
- (v) O saldo desta conta refere-se à quantia retida a título de fundo cultural, de acordo com o previsto no nº1 do artigo 13º da lei 83/2001, de 3 de agosto (lei das entidades de gestão coletiva). Em todas as distribuições realizadas é retido 5% para fundo cultural. Os montantes retidos serão afetados obrigatoriamente a atividades de natureza cultural e/ou promoção e investigação dos direitos conexos.
- (vi) A rubrica de reservas para reclamações de terceiros contempla os valores retidos, aquando das distribuições aos associados da AUDIOGEST, por conta de reclamações de terceiros para recebimento de direitos dos quais sejam titulares.
- (vii) A rubrica de reservas extraordinárias é utilizada sempre que existam situações que não permitam realizar a distribuição pelos montantes totais, nomeadamente situações de dupla reivindicação de direitos ou situações de falta de reporte de alguns associados que irá originar recálculo dos direitos a distribuir. Em 2021 foi deliberado pela Direção da Audiogest e GDA a constituição de reserva de Direitos no valor de 929.857€, por conta de futuros créditos (devoluções) de Direitos de Execução Pública referentes à suspensão automática dos contratos de licenciamento e a períodos de encerramento originados pela Pandemia de Covid19. Esta reserva foi sendo utilizada em 2022, à medida que os utilizadores reportaram os períodos de suspensão ou encerramento.

(viii) A rubrica de direitos a distribuir à GDA apresenta o saldo dos direitos relativos ao projeto Passmúsica que estão disponíveis para pagamento à GDA.

(ix) Esta rubrica contempla os valores de direitos cobrados, mas pertencentes a entidades que não se conseguem identificar. Após identificação das entidades a conta é saldada por contrapartida de direitos cobrados e disponíveis para distribuição.

NOTA 17. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

O rédito encontra-se mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. Compreende essencialmente os montantes faturados a associadas da AUDIOGEST, a título de comissão de gestão.

O rédito do período distribui-se da seguinte forma:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Serviços prestados		
Gestão e Dist. Direitos - comissões de gestão	<u>1 762 853,21</u>	<u>1 209 555,14</u>

NOTA 18. TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE

Esta rubrica compreende os trabalhos efetuados pelos colaboradores da Audiogest no desenvolvimento da plataforma digital (Plataforma LT XXI), estes terminaram em 2021.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Trabalhos para a própria entidade		
Plataforma digital (Plataforma LT XXI)	<u>-</u>	<u>16 975,26</u>

NOTA 19. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na Demonstração dos resultados nos períodos de 2022 e 2021 e é detalhado da seguinte forma:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Imposto corrente	<u>989,97</u>	<u>-</u>

A Associação, em 2022, encontra-se sujeita a Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas, à taxa 21% sobre a matéria coletável. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico, os montantes não aceites fiscalmente. Estas diferenças, entre resultado contabilístico e fiscal, são de natureza permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Associação dos anos 2019 a 2022 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

É convicção da Direção que qualquer revisão da matéria coletável não terá efeitos relevantes nas contas da Associação.

A Associação não se encontra sujeita a tributação autónoma sobre despesas de representação e outras despesas, conforme informação vinculativa relativa ao artigo 88º CIRC sobre a tributação autónoma (nº 9 do art.º 88º do CIRC) pelo facto de não exercer, a título principal, uma atividade comercial, industrial ou agrícola.

NOTA 20. OUTROS GASTOS

A rubrica de "Outros gastos", no exercício de 2022 e de 2021, apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Impostos e Taxas	511,20	2 212,98
Quotizações	46 475,63	59 287,45
Multas	-	-
Outros gastos	<u>218 744,96</u>	<u>4 272,59</u>
	<u>265 731,79</u>	<u>65 773,02</u>

O aumento verificado nesta rubrica deve-se ao facto de a Audiogest ter sido alvo de um ataque informático. Do ataque resultou um desvio da quantia de € 212.256,15. O referido montante resulta de processos de distribuições de direitos divulgados aos associados no âmbito do regulamento e dos procedimentos de distribuição em vigor e que aguardavam a correspondente faturação por parte destes para que a Audiogest realizasse o pagamento. No decorrer do processo as comunicações de e-mail foram interceptadas, tendo inclusivamente sido substituídos documentos de faturação e os IBANs das entidades e fazendo com que a Audiogest tenha realizado duas transferências para contas desconhecidas com a convicção de que estava a realizar o pagamento das faturas de direitos dos seguintes associados/ congénere. A situação foi identificada quando as entidades em causa reforçaram os pedidos de pagamento, a Audiogest enviou os respetivos comprovativos de execução dos mesmos e se concluiu que os associados não receberam os respetivos pagamentos. Após cuidadosa análise interna, foi preparada uma denúncia de crime, endereçada à polícia judiciária com toda a documentação relativa aos documentos e comunicações trocadas.

A fim de avaliar possíveis fragilidades de sistema, a Audiogest solicitou ainda uma auditoria forense aos sistemas informáticos, da qual não resultou nenhum motivo ou imputação direta do sucedido, mas sim um conjunto de recomendações e boas práticas que permitam mitigar situações similares futuras. De imediato e em paralelo com as recomendações realizadas, a Audiogest adotou novos procedimentos que permitem a confirmação de dados

efm.
AR
y
P
h

sensíveis, bem como a utilização de outras plataformas, sujeitas a credenciação por parte dos utilizadores, para receção de documentos ou outras informações relacionadas

NOTA 21. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de "Outros rendimentos" apresenta a seguinte desagregação:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Diferenças de câmbio favoráveis	155,21	132,37
Subsídios ao Investimento	82 355,04	27 451,68
Recuperação de encargos	795 529,89	590 610,38
	<u>878 040,14</u>	<u>618 194,43</u>

O saldo de outros rendimentos é justificado na sua quase totalidade pela divisão de gastos do serviço de licenciamento Passmúsica com a GDA.

NOTA 22. GASTOS FINANCEIROS LÍQUIDOS

Os Gastos financeiros líquidos, nos períodos de 2022 e de 2021, tinham a seguinte composição:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Juros suportados	-	-
Juros obtidos	142,04	170,94
	<u>142,04</u>	<u>170,94</u>
Gastos financeiros líquidos	<u>142,04</u>	<u>170,94</u>

NOTA 23. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos Fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
(i) Trabalhos especializados	623 515,87	395 468,33
(ii) Serviços diversos	276 027,08	270 624,34
(iii) Honorários	40 249,75	35 927,95
Energia e fluídos	28 839,20	17 128,23
Deslocações, estadas e transportes	20 896,92	10 202,79
Materiais	82 616,47	56 984,59
Conservação e reparação	5 692,70	6 186,08
Publicidade e propaganda	2 306,50	-
Vigilância e segurança	6,25	43,75
TOTAL	<u>1 080 150,74</u>	<u>792 566,06</u>

- (i) A rubrica de trabalhos especializados é composta essencialmente pelos gastos com serviços jurídicos relativos aos processos de contencioso do serviço de licenciamento PassMúsica, pela avença de suporte relativa aos sistemas informáticos e a serviços prestados no âmbito da angariação, acompanhamento e controlo de licenciamentos.
- (ii) Esta rubrica contém os valores referentes ao arrendamento do escritório e sede da Audiogest/ PassMúsica, bem como das delegações, aos gastos com comunicações, seguros e outros serviços necessários ao desenvolvimento da atividade.
- (iii) Esta rubrica contém a avença jurídico-estratégica relativa à atividade de cobrança de direitos e representação institucional da Audiogest junto de entidades públicas e privadas relacionadas com a atividade da Audiogest. Encontram-se ainda nesta rubrica serviços prestados no âmbito da formação aos órgãos de polícia criminal e a outras entidades, bem como os serviços prestados pelos agentes de execução nos processos de contencioso PassMúsica.

NOTA 24. GASTOS COM O PESSOAL

Os Gastos com o pessoal cifraram-se em 1.102.031,37 euros. O detalhe da rubrica é como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Remunerações Órgãos Sociais	194 548,99	184 880,05
Remunerações do Pessoal	697 013,49	583 076,41
Encargos	175 952,43	144 421,18
Seguros	5 784,55	4 922,91
Indemnizações	15 000,00	-
Outros	13 731,91	(1 391,47)
TOTAL	<u>1 102 031,37</u>	<u>915 909,08</u>

O número médio de pessoas ao serviço da Associação em 2022 e 2021 foi de 30 colaboradores.

O Diretor Geral auferiu no ano de 2022, a título de remuneração bruta o montante de € 194.548,99 (cento e noventa e quatro mil, quinhentos e quarenta e oito euros, e noventa e nove cêntimos), que correspondeu a uma remuneração líquida de € 101.962,11 (cento e um mil, novecentos e sessenta e dois euros, onze cêntimos).

NOTA 25. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Direção informa que a Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei nº 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº411/91, de 17 de outubro, a Direção informa que a situação da Associação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

NOTA 26. GARANTIAS E COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Associação tem os seguintes compromissos assumidos contratualmente, para além dos já referidos nas notas anteriores:

	31/12/2022			31/12/2021		
	< 1 ano	1 - 5 anos	> 5 anos	< 1 ano	1 - 5 anos	> 5 anos
Rendas Vincendas						
Locação operacional de viaturas	29 419,69	13 119,90	-	40 457,42	41 821,99	-

NOTA 27. GASTOS COM O REVISOR OFICIAL DE CONTAS

O serviço de Revisão Legal de Contas no ano de 2022 ascendeu ao valor de 11.500 euros.

NOTA 28. PARTES RELACIONADAS

As transações e saldos com entidades relacionadas, nomeadamente, produtores, GDA, SAPM e AFP, são divulgados ao longo do presente anexo, uma vez que a própria atividade da Associação se prende com este relacionamento.

NOTA 29. OUTRAS INFORMAÇÕES

Propõe-se que o resultado líquido positivo no montante de 9.204,26 euros seja transferido na sua totalidade para resultados transitados.

NOTA 30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não se verificaram eventos subsequentes com impacto nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022. Contudo, o conflito entre a Rússia e a Ucrânia veio despoletar um clima de tensão e incerteza nos mercados com consequências económicas e sociais. Como é do conhecimento geral, estão a ser aplicadas sanções à Rússia, não sendo ainda claro o efeito que toda esta situação vai ter na economia mundial e nacional. A Associação não tem exposição direta à Rússia e à Ucrânia sendo que a Direção vai continuar a acompanhar a situação e a tomar as medidas que sejam consideradas relevantes e necessárias, e, embora possam existir algumas implicações na atividade da Associação, não colocarão em causa a continuidade da mesma.

A DIREÇÃO



Luís & ...



A CONTABILISTA CERTIFICADA

